

Por despacho do Diretor-Geral, datado de 26/06/2015, designado representante da DGRSP na comissão de acompanhamento da revisão do plano diretor municipal do Porto.

Perito responsável pela missão técnica no âmbito da construção do novo estabelecimento prisional de São Tomé e Príncipe — 2013.

Por despacho do Diretor-Geral, datado de 09/05/2012, designado coordenador da formação em contexto real de trabalho do curso de formação inicial de Guardas — 201, integrando por inerência o Conselho de Coordenação Científica e Pedagógica.

Designado perito da DGSP no programa de apoio ao setor de justiça — atividades na área dos serviços prisionais, para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, no quadro da Cooperação Bilateral, para proceder ao diagnóstico para implementação de projetos no período 2011/2014, por despacho do Diretor-Geral de 08/11/2011.

No âmbito das atividades da rede europeia ExOCOP, representou a DGSP, em dezembro de 2010 em Berlim, no «Labour market integration of female offenders».

Integrou a Missão de Cooperação com a Guiné-Bissau dos Serviços Prisionais, em parceria com a UNODC no âmbito do Programa de Apoio ao Sector da Justiça em 2010.

No quadro do Acordo Bilateral celebrado entre os Ministérios da Justiça de Portugal e da República de Moçambique, representante da DGSP na missão realizada em novembro de 2009, com o objetivo de proceder à identificação, definição e calendarização das ações concretas a desenvolver em 2010, bem como à avaliação das ações executadas pela DGSP em cooperação com o Serviço Nacional de Prisões de Moçambique, no ano de 2009.

Designado perito da DGSP na missão realizada à República da Guiné-Bissau em 2008, no quadro do Plano Operativo — Prevenir e Combater o Tráfico de Drogas na Guiné-Bissau, Promover o Estado de Direito e uma efetiva Administração da Justiça (2007-2010), desenvolvido pela UNODC.

Representante da DGSP no âmbito das reuniões de Coordenação Técnica e Operacional do SSI.

Representante da DGSP no Gabinete Coordenador de Segurança Distrital junto do Governo Civil de Lisboa.

Coordenador responsável do grupo interdepartamental da DGSP para a implementação do PRSP «Plano De Reorganização do Sistema Prisional» aprovado por Sua Ex.ª o Ministro da Justiça.

Responsável pela representação da DGSP no Grupo de trabalho tripartido (IGSJ, DGSP e PJ) para elaboração de acordo de cooperação na área dos detidos, em cumprimento de despacho nesta matéria de Sua Ex.ª o Ministro da Justiça.

Presidente do júri de concurso de pessoal para Técnico Superior — Licenciatura em Direito — Aviso de Abertura 20461/2009.

Presidente do júri de concurso de pessoal para 300 postos de trabalho para a carreira de Guarda Prisional/Aviso de Abertura 20855/2009.

Diretor do Curso de Formação Inicial para o pessoal do Corpo da Guarda Prisional, iniciado em 2009.

Por designação do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, integrou o Conselho de Coordenação de Avaliação da DGSP na Avaliação de Desempenho de 2004/2005.

Representou a DGSP no Conselho Coordenador Distrital de Segurança — Governo Civil do Porto.

Coordenador da Zona de Segurança Prisional n.º 1 da DGSP.

Por despacho de Sua Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, foi nomeado, em 16/01/2001, para integrar a Comissão para escolha da assessoria jurídico-financeira para o IGFPJ no âmbito do programa das Parcerias Público Privadas para o sistema prisional.

Participou, na sequência de designação superior, em equipas, grupos de trabalho ou comissões em áreas relevantes para a DGSP.

Participou e presidiu a júris de concurso de aquisição de bens e serviços.

Atividades de formação

Formador Interno do ex-Centro de Estudos e Formação Penitenciária — atual Divisão de Formação da DGRSP — nas áreas da Execução das Medidas Privativas de Liberdade e do Direito Penitenciário.

Formador Externo no Programa PIR PALOP no âmbito da Cooperação «CE — PALOP», nas áreas da Organização Penitenciária e Direitos Fundamentais.

Diversas participações como formador, conferencista ou orador em áreas relevantes para a DGRSP.

Trabalhos publicados

Autoria e coautoría de livros, artigos e outras publicações de caráter técnico em áreas relevantes para a D.G.R.S.P. («Manual do Diretor de Estabelecimentos Prisionais», «Manual de Segurança Prisional»).

312093035

Portaria n.º 205/2019

A Lei n.º 19/2019, de 19 de fevereiro, procedeu à criação do Tribunal de Execução das Penas dos Açores, com competência territorial para a Comarca dos Açores, para o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo, para o Estabelecimento Prisional Regional de Ponta Delgada e para a Cadeia de Apoio da Horta.

Em face do disposto no artigo 4.º da referida lei, cumpre determinar a sua entrada em funcionamento.

Assim, manda o Governo, pela Ministra da Justiça, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/2019, de 19 de fevereiro, o seguinte:

Artigo 1.º

Entrada em funcionamento

O Tribunal de Execução das Penas dos Açores entra em funcionamento no dia 14 de maio de 2019.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva publicação.

20 de fevereiro de 2019. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

312087544

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 2653/2019

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero a licenciada Maria de Fátima da Silva Consciência, técnica verificadora de 1.ª classe da Direção-Geral do Tribunal de Contas, das funções de técnica especialista do meu Gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 4189/2016, de 15 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2016, e designo-a, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2019.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria de Fátima da Silva Consciência.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 14 de novembro de 1971.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, ramo de Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1990-1995);

Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1997-1998);

Formadora certificada na área de contratação pública.

Atividade profissional:

Técnica especialista da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública e de gestão de património desde 1 de março de 2016, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos;

Consultoria jurídica no Departamento de Consultadoria e Planeamento da Direção-Geral do Tribunal de Contas (de 26 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016);

Adjunta da Secretária de Estado da Justiça do XX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (de 30 de outubro a 25 de novembro de 2015);

Técnica especialista do Secretário de Estado da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública, património e processo legislativo (de 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015);

Adjunta do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça do XIX Governo Constitucional, com funções de assessoria nas áreas de contratação pública e património, tendo sido designada para substituir a chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos (de 1 de setembro de 2011 a 29 de dezembro de 2013);

Técnica verificadora superior de 1.ª classe do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas:

Exercício de funções no Departamento de Controlo Prévio, com a responsabilidade de emissão de pareceres sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia, pelas entidades públicas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, em matéria de contratação pública, parcerias público-privadas e endividamento público (de 2001 a 2011);

Exercício de funções no Departamento de Controlo Concomitante com a responsabilidade de realização de auditorias na área da despesa pública e recrutamento de pessoal (1999-2001);

Assessoria jurídica no núcleo de apoio técnico do diretor-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (de março de 1997 a junho de 1999);

Exercício de advocacia (1995-1999).

312084125

Despacho n.º 2654/2019

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista, para exercer funções no meu gabinete na área da sua especialidade, a licenciada Patrícia Susana da Piedade Teixeira Governo Estevam Raimundo

2 — A ora designada auferirá o estatuto remuneratório equiparado ao de adjunto, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do decreto-lei supracitado.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 14 de fevereiro de 2019.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Patrícia Susana da Piedade Teixeira Governo Estevam Raimundo

Nacionalidade: portuguesa.

Data de nascimento: 10 de dezembro de 1970.

Habilitações Académicas:

Licenciada em Direito na menção de Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Atividade Profissional:

Técnica Verificadora Superior de 1.ª Classe do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

Desde 15 de junho de 1999, data em que iniciou funções na Direção-Geral do Tribunal de Contas:

Exercício de funções no Departamento de Controlo Concomitante com a responsabilidade de realização de auditorias na área da despesa pública e recrutamento de pessoal (1999-2003). Exercício de funções no Departamento de Controlo Prévio, com a responsabilidade de emissão de pareceres sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia, pelas entidades públicas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, em matéria de contratação pública, parcerias público-privadas e endividamento público (2003 a 2010).

Exercício de funções no Departamento de Controlo Sucessivo, com a responsabilidade de planeamento, execução do trabalho de campo,

elaboração do relato, análise do contraditório e realização do anteprojeto do relatório de auditorias de fiscalização sucessiva, que versaram sobre endividamento municipal, empresas e entidades empresariais locais municipais, intermunicipais e metropolitanas, pagamento de suplementos, remunerações acessórias e outros abonos na Administração Local. Diagnóstico financeiro do setor empresarial local, validação e certificação das contas das empresas locais.

Análise de denúncias e elaboração de pareceres sobre o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Aplicação do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, para efeitos da certificação legal de contas, dissolução oficiosa, alienação, fusão e internalização das empresas locais e respetivas participações sociais.

Contribuição para a elaboração e acompanhamento da execução dos planos anuais de fiscalização.

Acompanhamento das recomendações emitidas pelo tribunal.

Técnica superior de 2.ª classe no Hospital Egas Moniz (1998-1999)

Técnica superior de 2.ª classe no Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida (1997-1998).

Exercício de Advocacia (1995-1999).

312083664

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 2655/2019

Considerando que, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, na sua redação em vigor, e dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 162/2012, de 31 de julho, a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça é dirigida por um secretário-geral, coadjuvado por um secretário-geral-adjunto, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau, respetivamente;

Considerando que o lugar de secretário-geral-adjunto se encontra vago;

Considerando a necessidade de serem asseguradas as funções inerentes ao respetivo cargo dirigente;

Considerando que a licenciada abaixo identificada reúne os requisitos de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação legalmente exigidos, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante:

1 — Designo, em regime de substituição e até à conclusão do procedimento concursal nos termos legais, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação em vigor, para o lugar de secretária-geral-adjunta do Ministério da Justiça, previsto nos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 162/2012, de 31 de julho, a licenciada Helena de Almeida Esteves.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 20 de fevereiro de 2019.

19 de fevereiro de 2019. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedrosa*.

ANEXO

Identificação:

Nome: Helena de Almeida Esteves.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 25 de outubro de 1965.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1983-1988);

Pós-graduação em Contencioso Administrativo pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012-2013).

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração, I. P.;

Seminário de alta direção;

Curso de legística;

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas de recursos humanos, jurídica e de liderança.

Atividade profissional:

Chefe do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional desde 1 de agosto de 2018;

Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, desde 4 de janeiro de 2016, exercendo as funções de chefe de gabinete em substituição;